

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2021

**Energisa
Paraíba**



Relatório da Administração

A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba”, “EPB” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2021, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 16 de março de 2022.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2021	2020	Acréscimo
Subestações - nº	65	65	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.404	1.403	1
Linhas de transmissão - km	2.374	2.324	50
Redes de distribuição - km	76.813	76.323	490
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	64.741	63.741	1.000
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.831	1.763	68

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

Os principais reconhecimentos da EPB no ano foram:

- ✓ Prêmio ABRADÉE: Melhor Distribuidora do Nordeste - EPB
- ✓ Prêmio ANEEL de Qualidade: Concessionárias acima de 400 mil UCs - EPB e Maior Crescimento Anual Concessionárias - EPB
- ✓ Prêmio GPTW: Selo GPTW como a Segunda Melhor Empresa para se trabalhar na Paraíba

Desempenho econômico-financeiro

1.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	2021	2020	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	3.960,3	3.253,7	+ 21,7
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	3.797,3	3.070,5	+ 23,7
Receita Operacional Líquida	2.801,2	2.256,7	+ 24,1
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.638,2	2.073,4	+ 27,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	576,9	428,4	+ 34,7
EBITDA	665,6	509,7	+ 30,6
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	728,1	559,5	+ 30,1
Resultado Financeiro	(36,4)	10,0	-
Lucro Líquido	444,2	366,9	+ 21,1
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	3.523,2	3.293,1	+ 7,0
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	236,7	432,4	- 45,3
Patrimônio Líquido	1.091,9	1.121,9	- 2,7
Endividamento Líquido	721,4	582,2	+ 23,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.508,1	1.482,7	+ 1,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽²⁾	3.865,6	3.746,1	+ 3,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (GWh) ⁽²⁾	4.612,7	4.390,1	+ 5,1
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	26,0	24,8	+ 1,2 p.p.

⁽¹⁾ Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | ⁽²⁾ EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2. Desempenho operacional

2.1. Mercado de energia

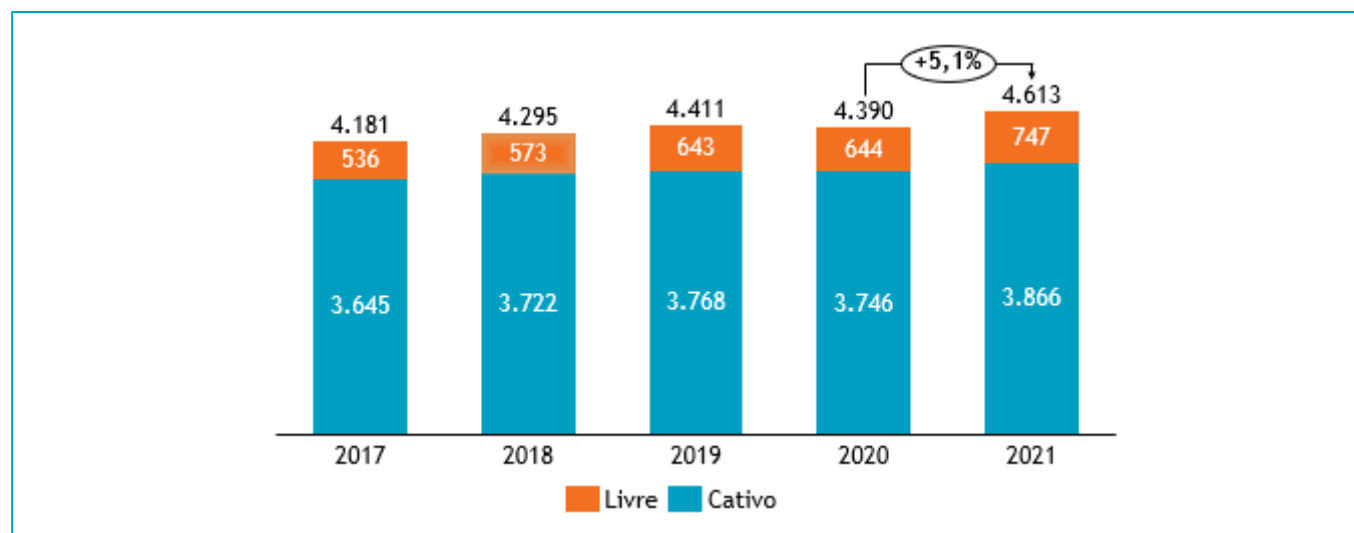
Em 2021, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) totalizaram 4.612,7 GWh, aumento de 5,1% em relação a 2020.

No 4T21, o consumo, cativo e livre, aumentou 3,0%, direcionada pela classe residencial (+3,7% ou 18,8 GWh), com o clima mais seco e quente; comercial (+7,3% ou 14,4 GWh), puxada pelas flexibilizações sanitárias; e outros (+5,8% ou 10,3 GWh), com destaque para iluminação pública. Em contrapartida, a classe industrial apresentou redução (-3,8% ou 7,6 GWh), impactada pela desaceleração do setor têxtil e de minerais não metálicos; enquanto a queda na classe rural (-1,0% ou 1,0 GWh) foi motivada pelo recuo nas atividades dos clientes ligados à cultura da cana-de-açúcar.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Residencial	523,2	504,3	+ 3,7	1.997,0	1.912,4	+ 4,4
Industrial	193,7	201,4	- 3,8	771,4	712,8	+ 8,2
Cativo Industrial	40,4	48,1	- 16,1	171,0	176,7	- 3,2
Livre Industrial	153,3	153,2	+ 0,1	600,4	536,1	+ 12,0
Comercial	213,0	198,6	+ 7,3	783,7	729,8	+ 7,4
Cativo Comercial	169,3	164,7	+ 2,8	637,0	621,9	+ 2,4
Livre Comercial	43,7	33,9	+ 28,9	146,7	107,9	+ 35,9
Rural	101,3	102,3	- 1,0	349,4	325,6	+ 7,3
Cativo Rural	101,3	102,3	- 1,0	349,4	325,6	+ 7,3
Livre Rural	-	-	-	-	-	-
Outros	187,3	177,0	+ 5,8	711,2	709,5	+ 0,2
Cativo Outros	187,3	177,0	+ 5,8	711,2	709,5	+ 0,2
Livre Outros	-	-	-	-	-	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.021,5	996,5	+ 2,5	3.865,6	3.746,1	+ 3,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	197,1	187,2	+ 5,3	747,1	644,1	+ 16,0
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.218,6	1.183,6	+ 3,0	4.612,7	4.390,1	+ 5,1
4 Fornecimento não faturado	24,9	15,4	+ 61,9	6,8	(2,7)	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.243,5	1.199,0	+ 3,7	4.619,5	4.387,4	+ 5,3

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 1.508.083 unidades consumidoras cativas, número 1,7% superior ao registrado no fim de 2020 e com 127 consumidores livres, 29,6% maior que no ano anterior.

2.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia apresentou um indicador de perdas de 12,78% no quarto trimestre de 2021. Na comparação com dezembro de 2020 o resultado foi 0,75 ponto percentual menor, evidenciando que o plano de medidas reforçado para 2021, tem sido realizado com resultados positivos. Em relação ao limite regulatório a perda total realizada ficou 0,10pp menor.

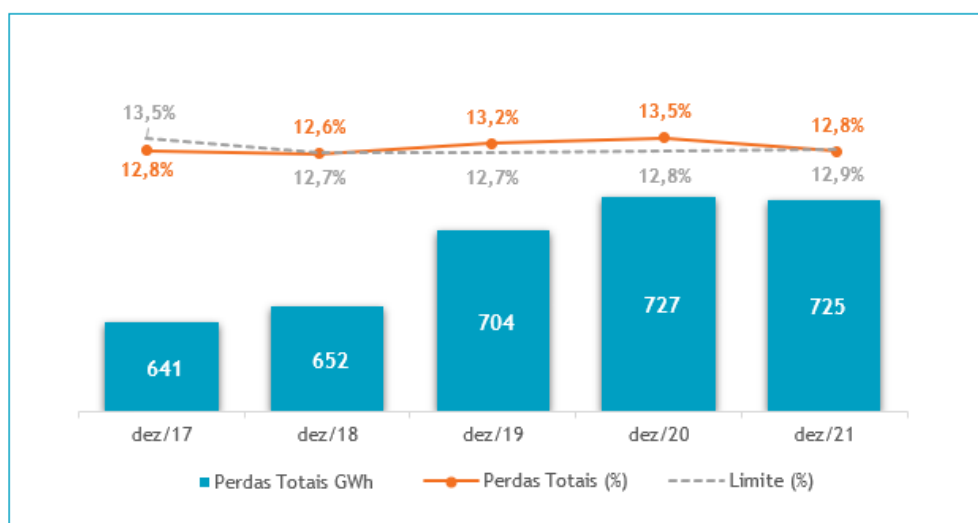
Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	
8,82	8,44	8,39	4,71	4,63	4,39	13,53	13,07	12,78	12,88

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%) ⁽¹⁾
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	
473,8	473,8	476,0	252,7	260,1	249,0	726,5	734,0	725,0	- 1,2

(1) Variação dezembro de 2021/setembro de 2021. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



2.3. Gestão da Inadimplência

2.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	4T21	4T20	Variação em p.p.
EPB	0,97	1,45	- 0,48

2.3.2. Taxa de Arrecadação

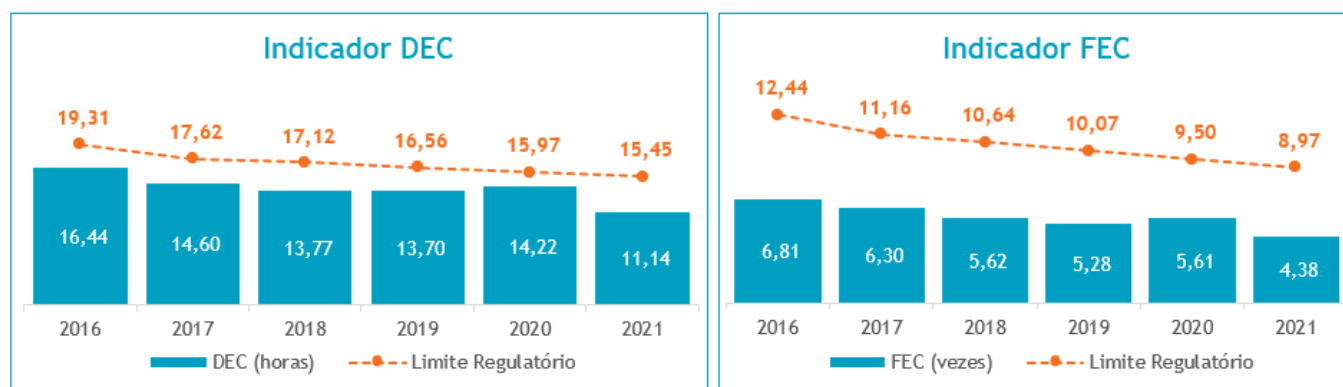
A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/21	dez/20	Variação em p. p.
EPB	97,00	97,10	- 0,10

2.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

O indicador DEC apresentou redução de 3,09 horas e o FEC apresentou redução de 1,24 vezes, nos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2021. Ambos com resultado bem inferior ao limite estabelecido pela Aneel.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



3. Desempenho Financeiro

3.1. Receita Operacional

Em 2021, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 3.797,3 milhões, contra R\$ 3.070,5 milhões registrados em 2020, aumento de 23,7% (R\$ 726,8 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 27,2% (R\$ 564,7 milhões) no exercício, para R\$ 2.638,2 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	887,2	680,5	+ 30,4	2.943,9	2.475,3	+ 18,9
✓ Residencial	476,9	374,9	+ 27,2	1.621,8	1.362,2	+ 19,1
✓ Industrial	38,3	32,8	+ 16,7	132,4	117,6	+ 12,6
✓ Comercial	169,4	127,3	+ 33,1	552,1	470,7	+ 17,3
✓ Rural	65,1	48,5	+ 34,3	197,1	153,0	+ 28,8
✓ Outras classes	137,4	97,0	+ 41,7	440,5	371,9	+ 18,5
(+) Suprimento de energia elétrica	34,5	122,8	- 71,9	201,6	172,1	+ 17,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	25,6	10,7	+ 140,5	48,4	0,1	+ 77.911,3
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	38,1	33,7	+ 13,2	126,5	119,2	+ 6,1
(+) Receitas de construção	48,5	59,1	- 18,0	163,0	183,2	- 11,0
(+) Constituição e amortização -CVA	69,8	48,3	+ 44,7	155,1	30,8	+ 402,9
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	58,2	55,4	+ 5,0	212,5	236,8	- 10,3
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	25,4	19,2	+ 32,0	80,3	26,4	+ 203,7
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	30,3	2,5	+ 1.110,7	0,7	9,2	- 92,5
(+) Outras receitas	(23,6)	0,8	-	28,2	0,5	+ 5.747,0
(=) Receita bruta	1.194,1	1.032,9	+ 15,6	3.960,3	3.253,7	+ 21,7
(-) Impostos sobre vendas	305,4	250,9	+ 21,7	1.017,3	907,4	+ 12,1
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	27,5	(2,2)	-	17,5	(5,7)	-
(-) Encargos setoriais	35,5	25,6	+ 38,8	124,3	95,4	+ 30,4
(=) Receita líquida	825,7	758,7	+ 8,8	2.801,2	2.256,7	+ 24,1
(-) Receitas de construção	48,5	59,1	- 18,0	163,0	183,2	- 11,0
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	777,2	699,6	+ 11,1	2.638,2	2.073,4	+ 27,2

Seguem algumas variações em R\$ milhões:

- Crescimento de 30,4% (R\$ 206,7 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 18,9% ou R\$ 468,6 milhões em 2021 ante 2020);
- Crescimento de 32,0% (R\$ 6,1 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 203,7% ou R\$ 53,9 milhões em 2021 ante 2020);
- Crescimento de 13,2% (R\$ 4,4 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 6,1% ou R\$ 7,3 milhões em 2021 ante 2020); e
- Redução de 71,9% (R\$ 88,3 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 17,1% ou R\$ 29,5 milhões em 2021 ante 2020).

3.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 2.061,2 milhões em 2021 e R\$ 631,5 milhões no 4T21, aumentos de 25,3% (R\$ 416,2 milhões) e 10,6% (R\$ 60,5 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2020. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram crescimento de 8,2% (R\$ 7,7 milhões), totalizando R\$ 102,2 milhões no 4T21. No exercício essas despesas totalizaram R\$ 309,0 milhões, acréscimo de 8,6% (R\$ 24,5 milhões) ante os R\$ 284,5 milhões registrados no 2020.

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	501,5	454,8	+ 10,3	1.629,4	1.245,0	+ 30,9
1.1 Energia comprada	452,6	402,0	+ 12,6	1.420,7	1.066,9	+ 33,2
1.2 Transporte de potência elétrica	48,9	52,7	- 7,3	208,7	178,1	+ 17,2
2 Custos e Despesas controláveis	104,4	96,4	+ 8,3	335,4	320,4	+ 4,7
2.1 PMSO	102,2	94,4	+ 8,2	309,0	284,5	+ 8,6
2.1.1 Pessoal	50,7	47,1	+ 7,6	131,6	119,0	+ 10,7
2.1.2 Benefício pós-emprego	4,1	(3,2)	-	12,9	4,2	+ 210,3
2.1.3 Material	6,6	6,6	+ 0,5	23,2	20,7	+ 11,9
2.1.4 Serviços de terceiros	35,1	37,1	- 5,3	123,9	121,2	+ 2,3
2.1.5 Outras	5,7	6,9	- 18,1	17,3	19,5	- 11,4
✓ Multas e compensações	0,3	0,2	+ 21,3	0,8	0,8	+ 3,6
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	1,2	2,3	- 49,4	5,1	7,4	- 31,6
✓ Outros	4,2	4,4	- 3,1	11,4	11,3	+ 0,8
2.2 Provisões/Reversões	2,3	2,0	+ 15,2	26,4	35,9	- 26,5
2.2.1 Contingências	(0,8)	1,0	-	(3,3)	(1,6)	+ 111,9
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	3,1	1,0	+ 211,9	29,7	37,5	- 20,7
3 Demais receitas/despesas	25,5	19,8	+ 28,9	96,4	79,5	+ 21,2
3.1 Amortização e depreciação	22,6	21,3	+ 6,3	88,6	81,2	+ 9,1
3.2 Outras receitas/despesas	2,9	(1,5)	-	7,8	(1,7)	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	631,5	571,0	+ 10,6	2.061,2	1.645,0	+ 25,3
Custo de construção	48,5	59,1	- 18,0	163,0	183,2	- 11,0
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	680,0	630,1	+ 7,9	2.224,3	1.828,2	+ 21,7

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T21	4T20	Var. %	Var. R\$	2021	2020	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	97,4	108,0	- 9,8	(10,6)	444,2	366,9	+ 21,1	77,3
(-) Contribuição social e imposto de renda	(24,3)	(26,1)	- 7,0	1,8	(96,3)	(71,5)	+ 34,7	(24,8)
(-) Resultado financeiro	(24,0)	5,5	-	(29,6)	(36,4)	10,0	-	(46,4)
(-) Amortização e depreciação	(22,6)	(21,3)	+ 6,3	(1,3)	(88,6)	(81,2)	+ 9,1	(7,4)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	168,4	149,9	+ 12,3	18,5	665,6	509,7	+ 30,6	155,9
(+) Receita de acréscimos moratórios	15,3	15,3	+ 0,2	0,0	62,5	49,8	+ 25,4	12,7
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	183,7	165,2	+ 11,2	18,5	728,1	559,5	+ 30,1	168,6
Margem do EBITDA Ajustado (%)	22,2	21,8	+ 0,5 p.p.	-	26,0	24,8	+ 1,2 p.p.	-

4. Estrutura de capital

4.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 386,6 milhões em dezembro, frente aos R\$ 296,7 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram montantes positivos de R\$ 149,9 milhões em dezembro, contra R\$ 57,6 milhões em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 721,4 milhões, contra R\$ 819,3 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,2 vezes em setembro para 1,0 vezes em dezembro de 2021.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2021	30/09/2021	30/06/2021
Circulante	128,7	97,4	87,8
Empréstimos e financiamentos	15,0	11,6	6,4
Debêntures	92,9	75,4	74,2
Encargos de dívidas	4,3	1,2	2,3
Benefícios pós-emprego	7,6	8,3	8,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	9,0	1,0	(3,4)
Não Circulante	979,3	1.018,6	937,3
Empréstimos e financiamentos	379,9	375,0	293,8
Debêntures	645,3	647,8	647,2
Benefícios pós-emprego	3,3	36,2	34,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(49,0)	(40,4)	(37,7)
Total das dívidas	1.108,0	1.116,0	1.025,1
(-) Disponibilidades financeiras	236,7	239,1	187,1
Total das dívidas líquidas	871,3	876,9	838,1
(-) Créditos CDE	61,5	39,3	35,9
(-) Créditos CVA	88,3	18,3	36,3
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	721,4	819,3	765,9
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	1,0	1,2	1,2

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alavancagem

Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



4.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2021, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão
(R\$ milhões)



5. Investimentos

No 4T21, a Companhia investiu um total de R\$ 50,7 milhões (contra R\$ 55,6 milhões no 4T20), no ano o valor totalizou R\$ 190,1 milhões (contra R\$ 197,8 milhões no 2020).

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Ativo Elétrico	45,2	50,5	- 10,4	171,4	181,5	- 5,5
Obrigações Especiais	2,1	2,6	- 18,1	13,6	5,8	+ 136,5
Ativo não Elétrico	3,4	2,5	+ 32,7	5,0	10,5	- 52,3
Total dos Investimentos	50,7	55,6	- 8,8	190,1	197,8	- 3,9

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

O programa de investimento foi associado à melhoria da qualidade do produto e do serviço, destacando-se:

- ✓ Conclusão em janeiro/2021 da nova LDAT 69 kV Coremas/Sousa, cabo 636, com 53 quilômetros de extensão, para o solucionar problema de violação do limite de capacidade, com investimento de R\$ 18.500 mil;
- ✓ Execução de medidas para a redução das perdas não técnicas visando ao atendimento às metas regulatórias, com investimentos de R\$ 19.406 mil;

- ✓ Investimento de R\$ 8.977 mil em projetos de segurança do sistema, destacando-se a substituição de fio 6 CU e cabo 4 CA devido ao histórico de rompimentos desses condutores e da falta de segurança para realização de atividades com as equipes de linha viva;
- ✓ Investimento de R\$ 14.471 mil em qualidade do serviço, melhorando a continuidade no fornecimento de energia;
- ✓ Investimento de R\$ 66.866 mil em atendimento a novas ligações.

6. Dividendos

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2021, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$361,7 milhões (R\$ 393,89090199960 por ação ordinária), já tendo sido pagos: (i) R\$ 93,6 milhões equivalentes a R\$ 101,897075116110 por ação ordinária, em 26 de maio; (ii) R\$80,6 milhões, equivalentes a R\$ 87,7772195477 por ação ordinária, em 26 de agosto; (iii) R\$106,4 milhões, equivalentes a R\$115,88218421620 por ação ordinária, em 10 de dezembro.

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 16 de março de 2022, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R\$81,1 milhões, equivalentes a R\$ 88,334422747600 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 25 de março de 2022.

7. Gestão de pessoas

As pessoas são o maior recurso da Energisa Paraíba e, por isso, são foco constante de ações que visam a atração, capacitação, análise de desempenho e valorização. Ao final de 2021, a Energisa Paraíba contabilizava um total de 2.376 colaboradores, sendo 1.937 empregados diretos e 439 contratados de terceiros. A EPB classificou-se em 2021 como a segunda melhor empresa para trabalhar na Paraíba, no ranking Great Place to Work (GPTW).

Para maximizar a inclusão em seu quadro funcional, a Companhia tem adotado diversas ações e políticas afirmativas para valorizar a diversidade. São trabalhadas, por exemplo, as possíveis barreiras para que mulheres, pessoas negras e portadores de deficiência (PCDs) sejam incluídos e acessem às vagas. Em 2021, aderiu ao projeto Mulheres Positivas, plataforma virtual cujo objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres por meio de informação e serviços. O aplicativo, compartilhado por mais de 40 grandes empresas, mantém gratuitamente mais de 100 cursos de capacitação, além de ofertas de vagas para perfis variados no país todo.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, cascadeado em iniciativas para desenvolver os colaboradores em todos os níveis, de as equipes de campo a futuros líderes e liderança. Com investimentos de R\$ 623,8 mil, foram promovidas a média de 63,2 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 35,6 horas em áreas administrativas e 20,5 horas em cargos gerenciais.

A Educativa Online, plataforma que abrange o modelo de capacitação por meio de trilhas, cujo objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, permaneceu como uma das aliadas do conhecimento em 2021. Seu objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, alguns cursos foram realizados online e outros de forma presencial, especialmente as disciplinas práticas.

8. Saúde e segurança

Mais do que a garantia da saúde e da segurança dos colaboradores, a Energisa Paraíba valoriza a vida de cada indivíduo. Para dar ainda mais peso ao tema e, principalmente, maior abrangência, a Companhia revisou seus valores em 2021, dentre os quais, destaca-se: a Vida vem em primeiro lugar.

O projeto Operar Seguro é a principal iniciativa de reforço da cultura de segurança, tendo como objetivo reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Em 2021, houve ações que envolveram temas como capacitações em percepção de riscos, comportamentais e Regras de Ouro, e foi implementado o Operar Seguro Terceiro, para colaboradores contratados por fornecedores de serviços.

Há 1.028 cursos na trilha educativa para capacitação em saúde e segurança, incluindo normas regulamentadoras, sempre em linguagem acessível. Todos os empregados e contratados de terceiros passam obrigatoriamente por uma capacitação e, concluído o treinamento, o participante e seu gestor direto devem preencher um formulário de avaliação de eficácia da capacitação.

A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 0,51 (4,45 em 2020) e taxa de gravidade passou de 26,19, em 2020, para 29,40. Não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

São mantidas diversas ações e programas de prevenção e promoção à saúde. Entre os destaques está o Viva Energia, pelo qual os colaboradores são orientados por médicos do trabalho que identificam necessidades em avaliações periódicas ou por demandas espontâneas. Existe um cronograma de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde e programas para gestantes, doentes crônicos (com telemonitoramento ativo em casos como cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias ou obesidade), problemas emocionais e doenças osteomusculares.

9. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2021, a Energisa Paraíba destinou R\$ 2,0 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 1,5 milhão, destacando-se o projeto Ocupação Usina de Artes Visuais 21-22, com iniciativas desenvolvidas no espaço cultural mantido pela Energisa em João Pessoa.

10.1 Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 5,7 milhões em 2021 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 17.130 unidades consumidoras e permitiram economizar 2.647 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 1,1 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado) e adequação das instalações elétricas internas. O projeto promoveu a troca de 68.475 lâmpadas e 200 geladeiras em 2021. Durante o ano, devido à Covid-19, não ocorreram palestras do Nossa Energia nas comunidades.

Foram executados projetos de eficiência energética na iluminação pública dos municípios de Alagoa Grande, Araruna, Camalaú, Dona Inês, Malta, Mari, Monteiro, Patos, Guarabira, Pocinhos e Esperança. No total, houve a substituição de 2.560 luminárias antigas por luminárias com tecnologia, estimando uma economia de 2.301 MWh/ano para os municípios.

10.2 Projetos socioculturais

Diante de novas ondas da pandemia da Covid-19 em 2021, a Energisa Paraíba manteve o apoio à sociedade por meio do Movimento Energia do Bem. Como participante do Movimento Unidos pela Vacina, contribuiu com a doação, por meio do projeto de eficiência energética, de 14 câmaras frias para armazenamento de vacinas. A companhia também contribui com doação de 1.609 cestas básicas.

Em 2021, a Energisa Paraíba elaborou projeto para drenagem da sede de João Pessoa, com objetivo de reduzir os alagamentos no entorno da empresa, e de criação de uma praça, com melhoria da interatividade e maior conforto e bem-estar dos colaboradores e de toda a comunidade.

No ano de 2021 a EPB realizou distribuições de 1840 cestas básicas nos 5 polos da Paraíba; doações de presentes a crianças de comunidades carentes no período natalino nos 5 polos da Paraíba.

Projeto 8 Verde: projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuição de cartilhas sobre arborização em parceria com a Associação "8 verde".

10.3 Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Paraíba assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Energisa Paraíba adota em suas instalações, técnicas e critérios de sustentabilidade. Na construção da Sede de Sousa, foi premiada pelo Instituto Chico Mendes, na categoria Construção Sustentável, e possui o selo de Certificação Internacional LEED nos prédios das sedes em Campina Grande e Patos.

As principais iniciativas ambientais da Energisa Paraíba em 2021 contemplaram:

Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

Mobilidade elétrica: Começaram a rodar em 2121 mais quatro veículos elétricos novos em João Pessoa, além da unidade que já estava em operação, em iniciativa para a emissão de gases de efeito estufa.

Emissões atmosféricas: A EPB participa do inventário de emissões de gases efeito estufa do Grupo Energisa, realizado nos escopos 1, 2 e 3.

Biodiversidade: Nas construções das linhas de distribuição de alta-tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) são elaborados estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e inspeções ambientais. Proteções são instaladas nas subestações para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte.

Água e efluentes: O Projeto de Reforma Civil em Subestações, que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, tem o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte. Sempre que possível são usadas instalações interligadas ao sistema de esgoto da cidade.

Resíduos: Além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, a EPB possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, e promove o acondicionamento e a regeneração de óleos

isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, de forma a garantir a reutilização desse material e evitar a poluição do meio ambiente. Também mantém papas-lâmpada, pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinar de forma adequada os resíduos, por meio de empresas devidamente licenciadas.

10. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2021 foi de R\$ 1.373 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	36.408	125.344
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.2	200.334	307.094
Consumidores e concessionárias	6	526.053	456.704
Estoques		8.736	7.711
Tributos a Recuperar	7	187.166	47.466
Instrumentos financeiros derivativos	32	7.064	6.171
Despesas antecipadas		5.783	4.263
Ativos financeiros setoriais	9	115.378	25.519
Outros créditos	10	113.235	68.698
Total do circulante		1.156.428	1.048.970
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	70.131	60.113
Tributos a recuperar	7	309.135	475.175
Créditos tributários	12	22.418	68.661
Cauções e depósitos vinculados	24	41.180	23.470
Instrumentos financeiros derivativos	32	49.045	39.873
Ativos financeiros setoriais	9	128.397	35.249
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	935.527	762.906
Outros créditos	10	2.415	2.415
		1.601.977	1.467.862
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	54.237	53.579
Investimentos		82	87
Imobilizado	15	17.528	14.962
Intangível	16	692.899	707.628
Total do não circulante		2.366.723	2.244.118
Total do ativo		3.523.151	3.293.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	311.058	280.549
Encargos de dívidas	18	4.250	7.764
Empréstimos e financiamentos	18	14.963	156.327
Debêntures	19	92.885	86.550
Impostos e contribuições sociais	21	114.371	87.209
Dividendos a pagar		-	17.978
Encargos setoriais	23	30.704	18.152
Obrigações estimadas		13.255	10.986
Passivos financeiros setoriais	9	80.122	67.866
Instrumentos financeiros derivativos	32	16.089	-
Contribuição de iluminação pública		20.466	16.369
Benefícios pós emprego	33	7.550	8.276
Arrendamentos operacionais	20	1.192	1.681
Outras contas a pagar		56.991	39.419
Total do circulante		763.896	799.126
Não circulante			
Fornecedores	17	8.963	12.446
Empréstimos e financiamentos	18	379.862	8.649
Debêntures	19	645.258	665.860
Impostos e contribuições sociais	21	38.254	23.800
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	25.716	26.445
Encargos setoriais	23	12.228	22.557
Passivos financeiros setoriais	9	75.313	36.883
Benefícios pós emprego	33	3.254	120.189
Arrendamentos operacionais	20	1.777	3.467
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	22	468.699	445.334
Outras contas a pagar		8.033	6.384
Total do não circulante		1.667.357	1.372.014
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	25.1	576.055	576.055
Reservas de capital	25.2	99.825	98.565
Reservas de lucros	25.3 a 25.4	349.522	266.949
Dividendos adicionais propostos	25.5	81.105	219.525
Outros resultados abrangentes	25.6	(14.609)	(39.146)
Total do patrimônio líquido		1.091.898	1.121.948
Total do passivo e patrimônio líquido		3.523.151	3.293.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	26	2.801.201	2.256.655
Custo do serviço de energia elétrica	27	(1.629.450)	(1.245.033)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(441.549)	(446.160)
Lucro bruto		730.202	565.462
Despesas gerais e administrativas	27	(145.471)	(138.716)
Outras receitas	28	6.902	7.458
Outras despesas	28	(14.690)	(5.768)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		576.943	428.436
Receitas financeiras	29	92.669	72.171
Despesas financeiras	29	(129.057)	(62.142)
Despesas financeiras líquidas		(36.388)	10.029
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		540.555	438.465
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(62.724)	(69.663)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(33.603)	(1.867)
Lucro líquido do exercício		444.228	366.935
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	30	483,91	399,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações do Resultado Abrangente

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		444.228	366.935
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	25.6	24.537	5.471
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos		468.765	372.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		444.228	366.935
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	96.327	71.530
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		116.464	89.186
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(80.322)	(26.448)
Amortização e Depreciação	27	88.612	81.215
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	29.713	37.491
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	2.498	6.975
Marcação a mercado de dívidas	29	(25.122)	2.502
Marcação a mercado de derivativos	29	31.181	(2.505)
Instrumentos financeiros derivativos	29	(30.076)	(59.141)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	28	8.344	3.630
Programa de remuneração variável - ILP	11	1.260	1.049
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(101.572)	(151.477)
(Aumento) de estoques		(1.025)	(1.388)
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar		(8.940)	53.414
(Aumento) diminuição de ativo financeiro setorial	9	(194.155)	21.753
Recebimentos Despacho - CONTA COVID		-	86.992
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(17.710)	(683)
Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC		146	
(Aumento) de despesas pagas antecipadamente		(1.520)	(641)
(Aumento) de outros créditos		(56.415)	(13.395)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		28.743	120.081
Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais		119.951	(12.655)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(59.788)	(56.177)
Pagamento Recuperação de Créditos ICMS - REFIS Estadual		(16.744)	-
Aumento de obrigações estimadas		2.269	619
Aumento (diminuição) de passivo financeiro setorial	9	39.012	(33.033)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	24	(5.815)	(8.540)
Aumento de outras contas a pagar		19.110	17.537
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		428.654	594.826
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		118.154	(190.591)
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	(176.965)	(188.803)
Alienação de bens do ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	5.026	2.321
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(53.785)	(377.073)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	234.209	424.951
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(128.065)	(445.762)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(53.847)	(36.090)
Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		4.109	68.103
Pagamentos de dividendos	25.5	(518.053)	(164.092)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	20	(2.158)	(1.382)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(463.805)	(154.272)
Variação líquida do caixa		(88.936)	63.481
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	125.344	61.863
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	36.408	125.344
Variação líquida do caixa		(88.936)	63.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	3.779.754	3.076.237
Outras receitas	28	6.902	7.458
Receitas relativas a construção de ativos próprios	27 e 29	164.235	184.082
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	(29.713)	(37.491)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		1.791.514	1.365.352
Materiais e serviços de terceiros		152.916	145.828
Outros custos operacionais		185.288	203.155
		2.129.718	1.714.335
Valor adicionado bruto		1.791.460	1.515.951
Amortização e depreciação	27	88.612	81.215
Valor adicionado líquido		1.702.848	1.434.736
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	97.188	75.691
Valor adicionado total a distribuir		1.800.036	1.510.427
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		88.501	72.861
Benefícios		28.720	29.007
FGTS		6.507	4.943
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		231.323	241.086
Estaduais		743.888	635.980
Municipais		1.684	873
Obrigações intrasetoriais		124.335	95.367
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	29	130.252	63.003
Aluguéis		598	372
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	25.5	280.550	73.175
Dividendos adicionais propostos	25.5	81.105	219.525
Reserva legal	25.3	-	1.257
Reserva de redução de imposto de renda	25.4	82.573	72.978
Resultado do Exercício		-	-
		1.800.036	1.510.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Remuneração de imobilizações	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)				
Saldos em 01 janeiro de 2020	571.866	2.457	94.078	5.170	77.482	-	115.233	108.894	-	(44.617)	930.563
Aumentos de Capital com reserva de incentivo fiscal-reinvestimento conf. AGE de 20/05/2020	4.189	-	-	(4.189)	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	(108.894)	-	-	(108.894)
Programa de remuneração variável - ILP	25.2	-	-	1.049	-	-	-	-	-	-	1.049
Lucro líquido do exercício	25.2	-	-	-	-	-	-	-	366.935	-	366.935
Proposta de destinação do lucro líquido:											-
Reserva Legal	-	-	-	-	1.257	-	-	-	(1.257)	-	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	25.4	-	-	-	-	-	72.977	-	(72.977)	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	(73.176)	-	(73.176)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	219.525	(219.525)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos											-
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	8.290	8.290
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.819)	(2.819)
Saldos em 31 dezembro de 2020	576.055	2.457	94.078	2.030	78.739	-	188.210	219.525	-	(39.146)	1.121.948
Aumentos de Capital com reserva de incentivo fiscal-reinvestimento conf. AGE de 20/05/2020	25.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	(219.525)	-	-	(219.525)
Programa de remuneração variável - ILP	25.2	-	-	1.260	-	-	-	-	-	-	1.260
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	444.228	-	444.228
Proposta de destinação do lucro líquido:											-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	25.4	-	-	-	-	-	82.573	-	(82.573)	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	(280.550)	-	(280.550)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	81.105	(81.105)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos											-
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	37.177	37.177
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.640)	(12.640)
Saldos em 31 dezembro de 2021	576.055	2.457	94.078	3.290	78.739	-	270.783	81.105	-	(14.609)	1.091.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social Anual 2021

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2021 (Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2021			2020		
Receita líquida (RL)	2.801.201			2.256.655		
Resultado operacional (RO)	540.555			438.465		
Folha de pagamento bruta (FPB)	118.246			102.519		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	19.583	16,56%	0,70%	18.352	17,90%	0,81%
Encargos sociais compulsórios	25.313	21,41%	0,90%	21.257	20,73%	0,94%
Previdência privada	12.926	10,93%	0,46%	4.166	4,06%	0,18%
Saúde	6.197	5,24%	0,22%	7.663	7,47%	0,34%
Segurança e saúde no trabalho	4.207	3,56%	0,15%	2.756	2,69%	0,12%
Educação	110	0,09%	0,00%	138	0,13%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.449	1,23%	0,05%	526	0,51%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	178	0,15%	0,01%	153	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	21.270	17,99%	0,76%	20.364	19,86%	0,90%
Outros	2.995	2,53%	0,11%	3.304	3,22%	0,15%
Total - Indicadores sociais internos	94.228	79,69%	3,36%	78.679	76,72%	3,48%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	353	0,07%	0,01%	755	0,17%	0,03%
Cultura	1.340	0,25%	0,05%	1.186	0,27%	0,05%
Esporte	166	0,03%	0,01%	77	0,02%	0,00%
Outros	176	0,03%	0,01%	450	0,10%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	2.035	0,38%	0,08%	2.468	0,56%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)	951.582	176,04%	33,97%	856.682	195,38%	37,96%
Total - Indicadores sociais externos	953.617	176,42%	34,05%	859.150	195,94%	38,06%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	35.232	6,52%	1,26%	37.355	8,52%	1,66%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	4.584	0,85%	0,16%	3.150	0,72%	0,14%
Total dos investimentos em meio ambiente	39.816	7,37%	1,42%	40.505	9,24%	1,80%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2021			2020		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.937			1.865		
Nº de admissões durante o período	199			131		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	439			465		
Nº de estagiários(as)	60			4		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	295			279		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	294			268		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,19%			27,69%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	972			913		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	27,54%			24,62%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	94			89		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	61,47			61,47		
Número total de acidentes de trabalho	3			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 322.557	no Procon 343	na Justiça 3.770	na empresa 306.429	no Procon 326	na Justiça 3.581
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100,48%	no Procon 8,16%	na Justiça 10,29 %	na empresa 100%	no Procon 18,16%	na Justiça 21%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021: 1.800.036			Em 2020: 1.510.427		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	61% governo 20% acionistas 7% colaboradores(as) 7% terceiros 5% retido			64% governo 19% acionistas 7% colaboradores(as) 4% terceiros 6% retido		
7 - Outras informações	2021			2020		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	6.425			5.790		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	3.234			1.648		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	9.659			7.438		

Notas Explicativas

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

1.1. Declaração de conformidade

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EPB”), é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S/A, atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.508.210 consumidores (informação fora do escopo dos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

1.2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa Paraíba a concessão para a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 14 de janeiro de 2031. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo exercício, a critério do poder concedente, conforme Lei nº 12.783/2013.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respectivamente.

1.3. Efeitos COVID-19

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também fizeram publicar diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados em 2021

Em 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Ômicron tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo que as principais ações adotadas estão listadas a seguir:

- A Companhia segue atenta e monitorando os níveis de sobrecontratação de energia elétrica no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira;
- Adotar o regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;

- Monitorar o incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento temporário do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021, alterada pela Resolução ANEEL nº 936 de 15 de junho de 2021. A Companhia implementou ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizações de campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital.
- Supervisão constante das obras em andamento com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. A Administração da Companhia não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento;
- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.
- Na Companhia 99,6% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionados acima. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são

reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão (ativo de contrato);
- V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- VIII. Nota explicativa nº 27 - Custo e despesas operacionais (energia elétrica comprada para revenda);
- IX. Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 33 - Benefícios-pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avaliou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021 compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.

- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória,

conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº13;

- f. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do exercício tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do exercício de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos exercícios tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão
- h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público de energia elétrica, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante

o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

- j. **Arrendamentos** - os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor exercício entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor

contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas, que por sua vez, são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- n. **Derivativos** - são instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração do resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32;
- o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia;

- p. **Incentivos fiscais SUDENE** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a

Reserva de lucros - Reservas de incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12);

- q. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- r. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;
- s. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- t. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o exercício de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

As receitas com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente são reconhecidas quando

houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

- u. Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- v. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- w. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte complementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19.	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado do exercício reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras, em 3 de dezembro de 2020, é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e a rentabilidade média ponderada da carteira equivale a do 104,2% do CDI.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	36.408	37.963
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário	-	87.381
Total de caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	36.408	125.344

(1) As aplicações financeiras, referente ao ano de 2020, apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 123,3% do CDI (88,3% do CDI em 2020).

	2021	2020
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	1.180	1.720
Fundo de Investimento ⁽¹⁾	750	607
Fundos de investimentos exclusivos ⁽²⁾	198.404	304.767
Certificado de Depósito Bancário CDB	1.957	3.309
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	113	271
Títulos públicos	-	45.875
Fundo Multimercado	747	908
Fundo de Renda Fixa	85.407	55.673
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	44.366	74.768
Letra Financeira (LF)	12.758	24.254
Letra Financeira (LFP)	90	-
Letra Financeira (LFS)	-	49.956
Letra Financeira (LTN)	1.415	2.449
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	50.808	41.477
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	743	5.827
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante ⁽³⁾	200.334	307.094

(1) **Fundos de Investimentos** - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são de 58,0% a 170,5% e média ponderada 91,1% (35,5% a 160,9% e média ponderada 50,6% em 2020) do CDI.

(2) **Fundo de investimentos exclusivos** - inclui aplicações em CDB, CCB, Títulos públicos, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LFP, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas a 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, e 117,3% (63,5% em 2020) do CDI Fundo Zona da Mata, 138,0% do CDI Fundo MAG Zona da Mata e 127,8% (83,8% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo Cataguases e (113,5% em 2020) do CDI Fundo FI Energisa;

(3) Inclui R\$1.945 (R\$2.341 em 2020) referente a bloqueios judiciais e outros, conforme segue:

	2021	2020
Bloqueio Judicial	1.814	1.699
Outros	131	642
Total	1.945	2.341

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2021	2020
Valores correntes:									
Residencial	66.026	-	74.122	11.533	3.585	1.010	(16.188)	140.088	111.519
Industrial	7.576	-	2.946	307	581	5.566	(5.566)	11.410	21.816
Comercial	33.202	-	13.103	1.387	1.028	3.996	(5.024)	47.692	44.637
Rural	11.205	-	10.594	1.809	2.451	683	(683)	26.059	19.683
Poder público	20.735	-	868	129	143	311	(515)	21.671	16.333
Iluminação pública	13.929	-	2.860	248	435	4.286	(4.286)	17.472	13.529
Serviço público	12.011	-	143	68	115	300	(300)	12.337	9.431
Fornecimento não faturado	131.540	-	-	-	-	-	-	131.540	83.173
Arrecadação Processo Classificação	2.920	-	-	-	-	-	-	2.920	2.046
Valores renegociados:									
Residencial	7.669	29.254	4.622	1.799	1.097	10.617	(20.537)	34.521	30.012
Industrial	1.354	4.373	262	64	263	5.769	(6.524)	5.561	6.209
Comercial	1.955	8.707	1.063	488	537	4.932	(8.347)	9.335	13.412
Rural	1.333	5.388	779	273	329	1.371	(3.167)	6.306	4.413
Poder público	1.115	20.847	687	60	55	670	(1.260)	22.174	24.503
Iluminação pública	1.199	14.346	85	-	-	31	(31)	15.630	17.502
Serviço público	97	730	-	-	-	113	(113)	827	1.348
(-) Ajuste a valor presente ⁽¹⁾	(212)	(11.700)	-	-	-	-	-	(11.912)	(3.356)
Subtotal - clientes	313.654	71.945	112.134	18.165	10.619	39.655	(72.541)	493.631	416.210
Suprimento de Energia a concessionária - Moeda Nacional ⁽²⁾	71.784	-	-	-	-	-	-	71.784	85.949
Outros ⁽⁴⁾	-	-	5.832	362	8	24.926	(359)	30.769	14.658
Total	385.438	71.945	117.966	18.527	10.627	64.581	(72.900)	596.184	516.817
Circulante								526.053	456.704
Não Circulante								70.131	60.113

⁽¹⁾ **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de dezembro de 2021 a taxa CDI de 8,76% (1,90% em 2020).

⁽²⁾ **Suprimento de energia a concessionária:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2021	2020
Créditos a vencer	71.784	85.949
Sub-total créditos CCEE	71.784	85.949
(-) Aquisições de energia na CCEE	(68.213)	(133.601)
(-) Encargos de serviços do sistema ^(*)	(86.391)	(7.628)
Total débitos CCEE	(82.820)	(55.280)

^(*) Vide nota explicativa nº 17 Fornecedores

- (3) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

	2021	2020
Saldo inicial - circulante em 2020 e 2019	65.210	51.008
Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no exercício	29.713	37.491
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(22.015)	(23.289)
Saldo final - circulante em 2021 e 2020	72.908	65.210
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	72.900	65.202
Outros créditos	8	8

- (4) **Outros:** inclui serviços taxados, ICMS originado da geração distribuída e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$16.028 (R\$14.541 em 2020) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD que se encontra suspenso por liminares. Em contrapartida tem contabilizado em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

ICMS Geração Distribuída: parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$16.183. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores (vide nota explicativa nº 21) Impostos e contribuições sociais.

7. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	40.981	32.783
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	19.990	16.877
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	1.824	1.160
Contribuição do PIS e COFINS	19.469	21.706
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins ⁽¹⁾	413.829	449.919
Outros	208	196
Total	496.301	522.641
Circulante	187.166	47.466
Não circulante	309.135	475.175

- (1) A Companhia possui créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$413.829 (R\$449.919 em 2020), referente a redução do ICMS na base de cálculo após ação transitada em julgado, calculados com base na melhor estimativa da Administração. No início do exercício 2021, foram adicionados novos créditos de R\$24.212, resultado da posição do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) realizado em 13 de maio de 2021 que manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$20.517 (R\$9.963 em 2020), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de maio de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia, que

optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$80.819

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios

8.1. Revisão e reajuste tarifário:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resume-se, a seguir, a revisão tarifária em vigor:

Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (Início)
Resolução 2.929, de 24 de agosto de 2021	7,08%	28 de agosto de 2021

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.763, de 27 de agosto de 2020, e Nota Técnica nº 159/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 28 de agosto de 2020, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 4,28%.

8.2. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/Kwh (1)	Atual R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 ^(*)	Atual R\$/Kwh Resolução Nº 3/2021	Variação total (2) / (1)
Verde	-	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	-	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	-5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	52
Escassez hídrica	-	-	14,2	-

(*) A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

Bandeira Escassez Hídrica

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no exercício de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

8.3. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

Foi instituído através da Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a

dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R\$19.352 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores, cuja obrigação foi reconhecida na rubrica de Outros passivos circulante - Bônus de redução voluntária de consumo, tendo como contrapartida uma redução na receita operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento da Companhia pelo bônus concedido como Reembolso do Fundo CDE no grupo de Outros créditos no ativo circulante (vide nota explicativa nº 10) e, tendo como contrapartida uma rubrica de receita operacional de forma a gerar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem posicionada.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedade, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

Analizando esta última proposta, a Companhia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito negativo no resultado do exercício de R\$5.900.

Dos valores reconhecimento no resultado do exercício o montante de R\$17.500 foi contabilizado na rubrica de receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva e R\$3.900 de atualização financeira devedora, registrado em despesas financeira na rubrica de atualização financeira - Passivos financeiros setoriais..

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do exercício tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do exercício de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros exercícios tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldos em 2020	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfe- rência	Saldos em 2021	Valores em Amorti- zação	Valores em Constitu- ição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	5.758	4.689	-	(8.478)	(1.969)	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	4.319	(1.319)	62	(352)	2.710	2.710	-	2.710	-
Encargo de serviços de sistema ESS ⁽³⁾	9.851	175.503	(15.959)	1.427	-	170.822	19.160	151.662	71.345	99.477
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	10.835	4.671	(5.066)	94	1.047	11.581	9.684	1.897	10.337	1.244
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	19.695	(6.664)	445	(373)	13.103	12.794	309	12.901	202
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽⁴⁾	692	1.614	(616)	(47)	(1.643)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia ⁽²⁾	15.660	16.236	(747)	4.126	(5.201)	30.074	2.874	27.200	2.874	27.200
Exposição de submercados ⁽⁵⁾	12.699	15.992	(14.360)	375	-	14.706	14.514	192	14.580	126
CUSD	145	304	(222)	1	(9)	219	219	-	219	-
Garantias Financeiras	558	512	(520)	10	-	560	335	225	412	148
Saldo a compensar ⁽⁶⁾	4.570	(13)	(3.894)	7	(670)	-	-	-	-	-
Total Ativo	60.768	243.522	(49.367)	(1.978)	(9.170)	243.775	62.290	181.485	115.378	128.397

	Saldos em 2020	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferênci a	Saldos em 2021	Valores em Amorti-zação	Valores em Constitu-ção	Circulant e	Não Circulante
Passivo Financeiro Setorial		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	56.895	52.940	(70.057)	(4.192)	(1.969)	33.617	25.089	8.528	28.023	5.594
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.171	-	(819)	-	(352)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	123	(1.008)	(109)	(53)	1.047	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	753	-	(380)	-	(373)	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A ⁽⁴⁾	2.992	4.136	(1.132)	44	(1.643)	4.397	2.305	2.092	3.025	1.372
Sobrecontratação de energia ⁽²⁾	6.873	92.072	(6.112)	1.694	(5.201)	89.326	-	89.326	30.731	58.595
Cusd	-	82	-	-	(9)	73	-	73	25	48
Saldo a compensar ⁽⁶⁾	-	2.584	195	1	(670)	2.110	552	1.558	1.088	1.022
Outros Financeiros ⁽⁸⁾	-	25.099	(8.636)	2.238	-	18.701	16.463	2.238	17.230	1.471
Devoluções Tarifárias ⁽⁷⁾	35.942	(27.048)	-	(1.683)	-	7.211	-	7.211	-	7.211
Total Passivo	104.749	148.857	(87.050)	(1.951)	(9.170)	155.435	44.409	111.026	80.122	75.313
Saldo líquido	(43.981)	94.665	37.683	(27)	-	88.340	17.881	70.459	35.256	53.084

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no exercício entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia:** as distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;
- (3) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.
- (4) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;
- (5) **Exposição de submercados:** representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre submercados;
- (6) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;
- (7) **Devoluções Tarifárias:** referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de novembro/2017, são apropriados em passivos setoriais, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRTP); e
- (8) **Outros itens financeiros** - considera-se créditos de PIS/COFINS R\$22.795 no processo tarifário de 2021 que foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS acerca de ações judiciais que questionam a incidência sobre ICMS. Tal assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública.

Adesão a conta COVID

A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da Conta-COVID no valor máximo de R\$86.992, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais todo o montante já foi recebido, conforme segue:

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	61.996
Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020	12 de agosto de 2020	11.637
Despacho ANEEL nº 2.640 de 11 de setembro de 2020	14 de setembro de 2020	8.348
Despacho ANEEL nº 2.914 de 09 de outubro de 2020	13 de outubro de 2020	5.011
Total recebido		86.992

A criação da Conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de setembro de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da Conta-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da Conta-COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da Conta-COVID foram incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

10. Outros créditos

	2021	2020
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	20.828	19.214
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	21.707	15.587
Ordens de serviço em curso - outros	21	23
Subvenção CDE -Desconto Tarifário ⁽²⁾	21.345	17.724
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ^(*)	19.352	-
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	13.703	8.841
Depósito para reinvestimento - Incentivos Fiscais ⁽³⁾	6.881	-
Adiantamentos	2.906	951
Outros ⁽⁴⁾	8.907	8.773
Total	115.650	71.113
Circulante	113.235	68.698
Não circulante	2.415	2.415

(*) Vide nota explicativa nº 8.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.

- (1) **Subvenção Baixa Renda** - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2021 cuja previsão de recebimento será no próximo trimestre e a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2021	2020
Saldo inicial - circulante - em 2020 e 2019	19.214	16.135
Subvenção baixa renda	117.920	144.605
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(116.306)	(141.526)
Saldo inicial - circulante - em 2021 e 2020	20.828	19.214

- (2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

	2021	2020
Saldo inicial - circulante - em 2020 e 2019	17.724	17.087
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	94.552	92.244
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(90.931)	(91.607)
Saldo inicial - circulante - em 2021 e 2020	21.345	17.724

- (3) **Depósito para reinvestimento - Incentivos Fiscais:** Refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que a Companhia dispõe para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, instalada nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional;
- (4) **Outros** - inclui R\$8 (R\$8 em 2020) de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, R\$3.859 (R\$3.691 em 2020) referente a compartilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL, R\$1.064 (R\$1.064 em 2020) de ressarcimento a geradores e R\$1.288 (R\$1.288 em 2020) de energia livre - geradores.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário de outras Companhias:

- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;

- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A.

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A (Multi);
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e
- QMRA Participações S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol); e
- URB Energia Limpa Ltda (URB).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Receita/Despesa)	Comissão aval e debêntures - outras despesas financeiras ⁽⁷⁾	Operação com FIDC - Receitas	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar aval e debêntures - outras contas a pagar ⁽⁷⁾	Saldo a (pagar) - Disponibilização de sistema de transmissão
Energisa S/A ⁽¹⁾	(37.239)	-	(36.043)	-	(6.013)	(244.916)	-
Multi Energisa Serviços S/A ⁽²⁾	(4.074)	-	-	-	(665)	-	-
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ⁽³⁾	-	10.520	-	-	-	-	-
Energisa Soluções S/A ⁽⁴⁾	(1.068)	-	-	-	(189)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽⁵⁾	-	(220)	-	-	-	-	(17)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽⁵⁾	-	(232)	-	-	-	-	(18)
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽⁵⁾	-	(14)	-	-	-	-	(1)
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.	-	(101)	-	-	-	-	(3)
Fundo de Investimento - FIDC ⁽⁶⁾	-	-	-	146	-	-	-
2021	(42.381)	9.953	(36.043)	146	(6.867)	(244.916)	(39)
2020	(41.852)	8.942	(19.239)	-	(6.353)	(221.532)	(19)

⁽¹⁾ **Energisa S/A** - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados à Companhia. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela Aneel e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

⁽²⁾ **Multi Energisa Serviços S/A** - refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

⁽³⁾ **Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A** - os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado;

⁽⁴⁾ **Energisa Soluções S/A** - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

- (5) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A e Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A** - refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão;
- (6) **Fundo de Investimentos - FIDC** - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão de créditos realizados no exercício; e
- (7) A Companhia efetuou a 2ª, 3ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R\$244.405 (R\$221.212 em 2020). Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 monta em R\$511 (R\$320 em 2020);

Remuneração dos administradores

	2021	2020
Remuneração Anual (a)	5.928	6.290
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	600	569
Remuneração da Diretoria	1.852	1.780
Outros Benefícios (b)	3.173	1.847

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2021.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2021, foram de R\$48 e R\$2 (R\$46 e R\$2 em 2020), respectivamente. A remuneração média em 2021 foi de R\$23 (R\$15 em 2020).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas-chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP (1)	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	27.326	24.889	23.514	27.010
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data do início vesting	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco (2)	8,20%	7,70%	5,27%	6,80%
Volatilidade (3)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

- 1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$798 representativo de 16.968 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.
- 2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023).
- 3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos R\$1.563 (R\$1.049 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2021 em R\$2.823 (R\$1.563 em 2020).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2021	2020
Ativo - Diferenças temporárias		
Imposto de renda	87.055	101.854
Contribuição social sobre o lucro	31.340	36.667
Total - não circulante	118.395	138.521
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	70.571	51.368
Contribuição social	25.406	18.492
Total - não circulantes	95.977	69.860
Total líquido - ativo não circulante	22.418	68.661

As diferenças temporárias são como segue:

	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio ⁽¹⁾	99.094	33.692	109.974	37.391
Provisão ajuste atuarial	101.393	34.474	128.685	43.753
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	25.716	8.743	26.445	8.991
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	72.908	24.789	65.210	22.171
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	37.021	12.587	48.447	16.472
Ajuste a valor presente	11.912	4.050	3.356	1.141
Marcação a mercado da dívida	177	60	25.299	8.602
Outras exclusões temporárias	(6.588)	(2.240)	(3.560)	(1.210)
Marcação a mercado - derivativo	(40.020)	(13.607)	(46.044)	(15.655)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(235.676)	(80.130)	(155.868)	(52.995)
Total - ativo não circulante	65.937	22.418	201.944	68.661

(1) Benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2022	8.079
2023	9.298
2024	10.756
2025	11.617
2026	12.303
2027 e 2028	25.199
2029 a 2031	41.143
Total	118.395

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2021	2020
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	540.555	438.465
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(183.789)	(149.078)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.665)	(1.102)
Créditos sobre incentivos fiscais ⁽¹⁾	82.573	72.977
Benefícios fiscais - Lei do Bem	2.513	1.769
Outras exclusões permanentes ⁽²⁾	4.041	3.904
Imposto de renda e contribuição social	(96.327)	(71.530)
Alíquota efetiva	17,82%	16,31%

(1) Em maio de 2020, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o exercício de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029, através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020 - Ofício 1150/2020 (SUDENE), emitido em 25 de maio de 2020.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram registrados diretamente na demonstração de resultado na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

- (2) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir do passivo, que em 31 de dezembro compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como Receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$80.322 (R\$26.448 em 2020).

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2021	2020
Ativo financeiro valor justo - em 2020 e 2019	762.906	640.976
Adições no exercício ⁽¹⁾	94.369	96.162
Baixas no exercício	(2.070)	(680)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	80.322	26.448
Ativo financeiro valor justo - em 2021 e 2020	935.527	762.906

- (1) Adições no exercício: referem-se à transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;

- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	73.707	176.959	(73.144)	(102.701)	74.821
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	20.128	13.649	(4.861)	(8.332)	20.584
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	53.579	163.310	(68.283)	(94.369)	54.237

	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	80.455	187.500	(91.151)	(103.097)	73.707
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	27.454	5.771	(6.162)	(6.935)	20.128
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	53.001	181.729	(84.989)	(96.162)	53.579

(1) O montante de R\$68.283 (R\$84.989 em 2020) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R\$94.369 (R\$96.162 em 2020) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências (1)	Baixas	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	327	-	3.333	-	-	3.660
Máquinas e Equipamentos	15,70%	26.442	-	2.619	(102)	-	28.959
Veículos	14,29%	64	-	-	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	13.718	-	109	-	-	13.827
Total do imobilizado em serviço		40.551	-	6.061	(102)	-	46.510
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(168)	-	(1)	-	(33)	(202)
Máquinas e Equipamentos		(20.001)	-	(1)	46	(1.904)	(21.860)
Veículos		(64)	-	-	-	-	(64)
Móveis e utensílios		(10.770)	-	-	-	(441)	(11.211)
Total Depreciação acumulada		(31.003)	-	(2)	46	(2.378)	(33.337)
Subtotal Imobilizado		9.548	-	6.059	(56)	(2.378)	13.173
Imobilizado em curso		5.414	5.019	(6.078)	-	-	4.355
Total do Imobilizado		14.962	5.019	(19)	(56)	(2.378)	17.528

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	327	-	-	-	327
Máquinas e Equipamentos	16,10%	24.323	-	2.119	-	26.442
Veículos	14,29%	64	-	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	13.617	-	101	-	13.718
Total do imobilizado em serviço		38.331	-	2.220	-	40.551
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(157)	-	-	(11)	(168)
Máquinas e Equipamentos		(18.240)	-	-	(1.761)	(20.001)
Veículos		(64)	-	-	-	(64)
Móveis e utensílios		(10.287)	-	-	(483)	(10.770)
Total Depreciação acumulada		(28.748)	-	-	(2.255)	(31.003)
Subtotal Imobilizado		9.583	-	2.220	(2.255)	9.548
Imobilizado em curso		185	7.706	(2.477)	-	5.414
Total do Imobilizado		9.768	7.706	(257)	(2.255)	14.962

(1) O montante de R\$ 19 (R\$ 257 em 2020), refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

16. Intangível

	2021	2020
Intangível - contrato de concessão	673.711	690.112
Intangível - direito de uso	2.780	4.916
Intangível - software	16.408	12.600
Total	692.899	707.628

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo	4,13%	1.661.836	73.161	(12.467)	-	1.722.530
Amortização Acumulada		(858.472)	2	9.567	(93.556)	(942.459)
Subtotal		803.364	73.163	(2.900)	(93.556)	780.071
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,87%	213.454	4.861	-	-	218.315
Amortização Acumulada		(100.202)	-	-	(11.753)	(111.955)
Subtotal		113.252	4.861	-	(11.753)	106.360
Total		690.112	68.302	(2.900)	(81.803)	673.711

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2020
Intangível Em Serviço						
Custo	4,16%	1.580.999	91.151	(10.314)	-	1.661.836
Amortização Acumulada		(781.712)	-	8.673	(85.433)	(858.472)
Subtotal		799.287	91.151	(1.641)	(85.433)	803.364
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,87%	207.292	6.162	-	-	213.454
Amortização Acumulada		(88.437)	-	-	(11.765)	(100.202)
Subtotal		118.855	6.162	-	(11.765)	113.252
Total		680.432	84.989	(1.641)	(73.668)	690.112

- (1) Do montante de R\$68.302 (R\$84.989 em 2020), R\$ 68.283 (R\$84.989) foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão e R\$ 19 refere-se às reclassificações para o imobilizado.
- (2) As baixas no montante de R\$2.900 (R\$1.641 em 2020), referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$ 1.453 (R\$1.054 em 2020).

Obrigações vinculadas à concessão

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa da ANEEL nº 691 de 08 de dezembro de 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,13% (4,16% em 2020).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas como segue:

	2021	2020
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	83.227	69.578
Participação da União, Estado e Municípios ⁽²⁾	219.559	219.559
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	20.628	20.628
(-) Amortização acumulada	(111.955)	(100.202)
Total	211.459	209.563
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	84.515	76.183
Infraestrutura - Intangível em serviço	106.360	113.252
Ativo contratual - infraestrutura em construção	20.584	20.128
Total	211.459	209.563

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - direito de uso - Imóveis							
Custo	20,94%	8.011	1.818	83	(2.376)	-	7.536
Amortização Acumulada		(3.095)	-	(83)	-	(1.578)	(4.756)
Total		4.916	1.818	-	(2.376)	(1.578)	2.780

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	25,18%	5.591	2.438	(18)	-	8.011
Amortização Acumulada		(1.441)	-	-	(1.654)	(3.095)
Total		4.150	2.438	(18)	(1.654)	4.916

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	68.869	-	3.434	-	72.303
Amortização Acumulada		(58.611)	-	-	(4.306)	(62.917)
Em curso		2.342	8.114	(3.434)	-	7.022
Total		12.600	8.114	-	(4.306)	16.408

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2020
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	68.400	-	469	-	68.869
Amortização Acumulada		(53.919)	-	-	(4.692)	(58.611)
Em curso		-	2.554	(212)	-	2.342
Total		14.481	2.554	257	(4.692)	12.600

17. Fornecedores

	2021	2020
CCEE ⁽¹⁾	68.213	133.601
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	118.332	97.892
Encargos do serviço do sistema ⁽³⁾	86.391	7.628
Conexão à rede	1.565	1.540
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	1.266	955
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	15.673	17.210
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	28.581	34.169
Total	320.021	292.995
Circulante	311.058	280.549
Não circulante	8.963	12.446

(1) **CCEE** - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu média próxima ao piso, comparando novembro-dezembro/21 com novembro-dezembro/20. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(2) **Contratos bilaterais** - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de Itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC).

(3) **Encargos de Serviço do Sistema** - a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. Apesar da melhora das condições

hidrológicas com as chuvas do 4ºTRI de 2021, a situação ainda é de atenção com o nível dos reservatórios e o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito é fundamental para a garantia da segurança do atendimento ao SIN no ano do 2022.

- (4) **Materiais, serviços e outros:** refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos 2021
Mensuradas ao custo							
Moeda Nacional							
Pré Fixado	10.029	-	(10.012)	(180)	163	-	-
INPC	3.143	102.396	(17.146)	(4.699)	14.833	-	98.527
IPCA	-	154.970	-	(3.508)	13.691	-	165.153
CDI	159.747	-	(20.000)	(13.561)	9.230	-	135.416
Gastos com captação	(179)	-	-	-	181	(23)	(21)
Total	172.740	257.366	(47.158)	(21.948)	38.098	(23)	399.075
Circulante	164.091						19.213
Não circulante	8.649						379.862

	Saldos 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	15.125	-	(5.088)	(526)	518	-	-	10.029
CDI	23.564	152.000	(23.462)	(1.209)	8.854	-	-	159.747
Gastos com captação	(97)	-	-	-	688	(770)	-	(179)
Outros	3.492	-	(349)	(357)	357	-	-	3.143
Total do custo	42.084	152.000	(28.899)	(2.092)	10.417	(770)	-	172.740
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	178.045	-	(222.996)	(4.122)	49.073	-	-	-
Marcação a mercado	208	-	-	-	-	-	(208)	-
Total ao valor justo	178.253	-	(222.996)	(4.122)	49.073	-	(208)	-
Total	220.337	152.000	(251.895)	(6.214)	59.490	(770)	(208)	172.740
Circulante	132.413							164.091
Não circulante	87.924							8.649

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽²⁾	Garantias ^(*)
	2021	2020					
FINAME - Itaú ⁽⁴⁾	-	10.029	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan-25	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Parcelamento FUNASA	2.437	3.143	INPC + 5,28%	dez-29	Mensal	15,44%	A
CCB Bradesco 24032020 ⁽³⁾	135.416	139.414	CDI + 1,6698% a.a	mar-23	Final	6,09%	A
CCB Itaú 25032020	-	20.333	CDI + 4,10% a.a	mar-21	Final	8,52%	A
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A ⁽¹⁾	113.461	-	IPCA + 5,03%	abr-31	Mensal a partir de abr/22	15,09%	A + R
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B ⁽¹⁾	51.692	-	IPCA + 5,03%	dez-34	Mensal a partir de fev/31	15,09%	A + R
EPB X ENERGISAPREV - Migração 2020 ⁽⁵⁾	17.117	-	INPC + 5,28%	jun-33	Mensal	15,09%	A
EPB X ENERGISAPREV - Déficit 2020 ⁽⁵⁾	77.291	-	INPC + 5,28%	nov-33	Mensal	15,09%	A
EPBX ENERGISAPREV- Déficit 2015, (2018 e 2019 ⁽⁵⁾)	1.682	-	INPC + 5,28%	nov-33	Mensal	15,09%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(21)	(179)				-	
Total em Moeda Nacional	399.075	172.740					
Total	399.075	172.740					

^(*) A = Aval Energisa S.A. e R = Recebíveis.

⁽¹⁾ Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo.

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas;

- ⁽²⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- ⁽³⁾ Em 19 de março de 2021 a Companhia realizou a renegociação do empréstimo ocasionando um evento de postergação do vencimento do contrato e adequação do indexador financeiro ao praticado no mercado. Tal operação gerou uma modificação não substancial e o impacto no valor justo do instrumento de dívida deve ser reconhecido na receita financeira do exercício, conforme condições descritas no CPC 48.
- ⁽⁴⁾ Em 15 de maio de 2021, a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos financiamentos na modalidade Finame junto ao Banco Itaú Unibanco, no valor de R\$3.645.
- ⁽⁵⁾ Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívida.

Garantias:

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2021	2020
CDI	4,42%	2,77%
IPCA	10,06%	4,52%
INPC	10,16%	5,45%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programado:

	2021
2023	153.140
2024	21.140
2025	21.140
2026	21.140
Após 2026	163.302
Total	379.862

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	458.439	-	(80.907)	(18.197)	22.894	-	-	382.229
IPCA	274.516	54.634	-	(13.702)	45.228	-	-	360.676
Gastos com captação	(5.844)	-	-	-	1.482	(577)	-	(4.939)
Marcação a mercado	25.299	-	-	-	-	-	(25.122)	177
Total do custo	752.410	54.634	(80.907)	(31.899)	69.604	(577)	(25.122)	738.143
Circulante	86.550							92.885
Não circulante	665.860							645.258

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	448.295	206.933	(193.867)	(20.095)	17.173	-	-	458.439
IPCA	193.911	70.000	-	(9.781)	20.386	-	-	274.516
Gastos com captação	(4.239)	-	-	-	1.607	(3.212)	-	(5.844)
Marcação a mercado	22.589	-	-	-	-	-	2.710	25.299
Total do custo	660.556	276.933	(193.867)	(29.876)	39.166	(3.212)	2.710	752.410
Circulante	55.327							86.550
Não circulante	605.229							665.860

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2021	2020							
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	19.752	17.831	15/06/2017	15.173 / 15.173	IPCA + 5,60% a.a	44.713	Final	15,66%	SG
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	17.733	16.009	15/06/2017	13.618 / 13.618	IPCA + 5,6601% a.a	45.444	Final	15,72%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	14.718	13.287	15/10/2017	11.635 / 11.635	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.745	2.478	15/10/2017	2.169 / 2.169	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	5.110	4.614	15/10/2017	4.035 / 4.035	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	48.205	95.179	15/10/2017	142.161 / 142.161	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 4ª Emissão	-	33.882	15/02/2018	18.000 / 3.352	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	5,42%	SG
Debêntures 5ª Emissão	164.476	148.483	15/09/2018	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 6ª Emissão 1º Série	72.408	72.104	10/06/2019	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,15%	A
Debêntures 6ª Emissão 2º Série	48.275	48.072	10/06/2019	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	5,25%	A
Debêntures 7ª Emissão	61.727	60.636	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	5,37%	A
Debêntures 8ª Emissão	151.614	148.566	25/08/2020	146.933 / 146.933	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	6,72%	A
Debêntures 9ª Emissão 1º Série	9.138	8.225	11/10/2020	8.020 / 8.020	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	SG
Debêntures 9ª Emissão 2º Série	70.668	63.589	11/10/2020	61.980 / 91.980	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	SG
Debêntures 10ª Emissão	56.336	-	15/10/2021	54.634 / 54.634	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	SG
Custo de captação incorrido na contratação	(4.939)	(5.844)							
Marcação à Mercado de Dívida	177	25.299							
Total	738.143	752.410							

(*) A = Aval Energisa S.A. e SG = Sem Garantia.

Em 15 de outubro de 2021 a Companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$54.634 com vencimento em 15 de outubro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,0872% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 29 de outubro de 2021 e serão destinados ao financiamento dos

projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*) (**)	Menor ou igual a: 4,00 em 2021 até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) Para a 8ª emissão da Energisa Paraíba possui limite de 4,25x até o vencimento.

(**) Para a 4ª emissão sem efeitos dos ativos e passivos financeiros setoriais.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	161.707
2024	193.813
2025	101.966
2026	47.693
Após 2026	140.079
Total	645.258

20. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções nas informações a serem prestadas. Por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos e concluiu quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações do exercício são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2020	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldos em 2021
Arrendamentos operacionais - Imóveis	4	8,89%	5.148	1.818	(2.158)	537	(2.376)	2.969
Total			5.148					2.969
Circulante			1.681					1.192
Não circulante			3.467					1.777

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2020
Arrendamentos operacionais - Imóveis	4	8,89%	4.288	2.438	(1.382)	(178)	(18)	5.148
Total			4.288					5.148
Circulante			1.776					1.681
Não circulante			2.512					3.467

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	783
2024	350
Após 2025	644
Total	1.777

21. Impostos e contribuições sociais

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	112.189	76.200
Encargos sociais	5.587	4.280
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.416	4.641
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.586	2.857
Contribuições ao PIS e a COFINS	21.892	15.964
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.296	869
Pis e Cofins -Sobre atualização efeitos da redução do ICMS	-	4.407
Outros	1.659	1.791
Total	152.625	111.009
Circulante	114.371	87.209
Não circulante	38.254	23.800

(*) **Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS:** Em 2021, inclui R\$16.028 (R\$14.541 em 2020) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 6);

• **ICMS recolhido por espontaneidade**

ICMS de Geração Distribuída (GD) (*)	2021
ICMS - Valor principal	16.183
Juros	561
Total dos recolhimentos de ICMS por espontaneidade	16.744

(*) **ICMS de geração distribuída:** refere-se ao ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD). A Companhia efetuou recolhimento dos valores por espontaneidade junto a Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba em 30 de agosto de 2021, tendo registrado na rubrica Consumidores e concessionárias (vide nota explicativa nº 6) o montante de R\$16.183, no ativo não circulante e realizará a cobrança dos valores junto aos consumidores.

22. Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em maio de 2019 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo não circulante de R\$413.829 (R\$449.919 em 2020) e passivo não circulante de R\$468.699 (R\$445.334 em 2020), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Por consequência do julgamento dos embargos de declaração pelo STF a Companhia reconheceu o montante de R\$24.212 nos valores de ativo e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL.

O resumo dos impactos são como segue:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS - Circulante (1)	130.580	-	-	-
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	283.249	-	449.919	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	(491.494)	-	(445.334)
Transferência para Passivo financeiro setorial - Repasse aos consumidores (2)		22.795	-	-
Total do ativo e passivo não circulante	413.829	(468.699)	449.919	(445.334)

(1) A Companhia iniciou a compensação dos créditos em maio/2021. No exercício findo em 2021, foram compensados R\$80.819 de tributos a pagar.

Deduzidos de R\$-20.251 (R\$4.585 em 2020), referente aos custos com advogados, consultorias e tributos.

(2) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.929, Nota Técnica nº 185/2021-SGT/ANEEL, de 16 de agosto de 2021, homologou a revisão tarifária da Companhia, a vigorar a partir de 28 de agosto de 2021, que incorporou em sua tarifa de energia elétrica cerca de R\$22.795, referente aos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, tendo em vista o trânsito em julgado de sua ação judicial, resultando na redução de -1,02% a ser repassado aos consumidores a partir de 28 de agosto de 2021. Em 2021 os valores foram reclassificados para a rubrica de passivo financeiro setorial em consonância ao OCPC08.

Demonstração do resultado do exercício	2021	2020
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	(24.212)	(50.056)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar	24.212	50.056
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	20.517	9.963
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos - Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(22.949)	(9.963)
Resultado apurado	(2.432)	

23. Encargos setoriais

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	2.885	-
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.003	949
Ministério de Minas e Energia - MME	500	474
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	3.705	1.143
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	16.329	16.220
Programa de Eficiência Energética - PEE	18.510	21.923
Total	42.932	40.709
Circulante	30.704	18.152
Não circulante	12.228	22.557

(1) Refere-se a quotas mensais da CDE CONTA COVID, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme DESPACHO Nº 939, DE 5 DE ABRIL DE 2021 da Aneel, para amortização da operação de créditos contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

(PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa Selic.

A Lei 14.120/2021, que alterou a Lei 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante nas contas destacadas.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

24. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal.

Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2021	2020
Saldos iniciais-2020 e 2019	2.656	23.757	32	26.445	26.882
Constituições de Provisões	1.495	6.036	-	7.531	10.117
Reversões de provisões	(960)	(4.058)	(15)	(5.033)	(3.142)
Pagamentos realizados	(725)	(5.090)	-	(5.815)	(8.540)
Atualização monetária	279	1.926	383	2.588	1.128
Saldos finais-2021 e 2020	2.745	22.571	400	25.716	26.445
Cauções e depósitos vinculados (*)				(5.076)	(5.765)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$41.180 (R\$23.470 em 2020). Deste total, R\$36.104 (R\$17.705 em 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser possível ou remoto.

Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto: (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos morais, jornada de trabalho, diferença salarial); e (ii) responsabilidade subsidiária (13º salário, verbas rescisórias e contratuais).

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente reclamações envolvendo cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, procedimento irregular no medidor, inscrição no Serasa, oscilação de tensão, entre outros.

Fiscais

A maioria das ações tem por objeto discussões relacionadas a tributos IPTU. Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatório	2021	2020
Saldos iniciais-2020 e 2019	8.563	167.093	108.507	0	284.163	258.743
Novos processos	1.029	7.210	51.802	2.449	62.490	58.595
Mudança de prognósticos e valor pedido	(297)	(106.474)	(56.630)	(339)	(163.740)	(742)
Encerramento	(2.643)	(19.915)	(5.726)	0	(28.284)	(42.141)
Atualização monetária	819	12.838	5.230	53	18.940	9.708
Saldos finais-2021 e 2020	7.471	60.752	103.183	2.163	173.569	284.163

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhista referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de insalubridade, ticket alimentação, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza do valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, inscrição no Serasa, entre outros.

Principal processo

Ação 0002664-83.2015.8.15.0131 com valor envolvido de R\$70.217 (R\$63.282 em 2020), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Companhia, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma. O processo teve seu prognóstico alterado de possível para remoto baseado na reavaliação dos assessores jurídicos.

Fiscais

Ações de natureza tributária referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos na qual se questionam os débitos constituídos nos Autos de Infrações referente ao exercício de janeiro de 2012 a dezembro de 2015. Tais débitos decorrem da glosa do crédito de ICMS de bens destinados ao ativo imobilizados, pois o Estado da Paraíba alega que a partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir que a concessionária escriturasse as novas aquisições no Ativo Intangível, que não concede o direito ao crédito de ICMS; (ii) exigência do IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas; e (iii) glosa de crédito de PIS e COFINS e de despesas na apuração do IRPJ e CSLL relacionadas às perdas não técnicas de energia elétrica.

Principal processo

Processo nº 0830317-38.2018.8.15.2001, se refere à execução fiscal na qual está sendo cobrado o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, do período de 11/2009 a 12/2010, em razão do suposto aproveitamento indevido de créditos do imposto nas aquisições de bens para o ativo imobilizado. Em novembro de 2021 o processo teve prognóstico alterado de possível para remoto, tendo como base parecer dos consultores jurídicos. O mérito está sendo discutido na ação anulatória 0827852-56.2018.8.15.2001, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado, com valor envolvido de R\$60.271.

25. Patrimônio Líquido

25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$576.055 (R\$576.055 em 2020) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão

25.2. Reservas de Capital

	2021	2020
Reserva especial de ágio (a)	94.078	94.078
Remuneração de imobilizações	2.457	2.457
Ações em tesouraria	467	467
Programa de remuneração variável (ILP) (b)	2.823	1.563
Total	99.825	98.565

(a) Reserva especial de ágio - constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia à medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento.

Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDENE e SUDAM, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados. A Companhia em cumprimento as exigências da legislação, efetuou a capitalização do saldo da reserva em 20 de maio de 2020.

(b) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através da concessão de ações, denominada incentivo de longo prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).

25.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2020, a Companhia constituiu a reserva legal de R\$1.257, no montante até atender limite de 30% do capital social, considerando o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2021, por já ter atingido o limite legal, a Companhia não registrou valor nessa rubrica.

25.4. Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda)

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020, Ofício SUDENE nº 1150/2020 de 25 de maio de 2020, que impõe algumas obrigações e restrições:

O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;

O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;

O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou R\$82.573 (R\$72.977 em 31 de dezembro de 2020) de redução de imposto de renda e adicionais.

25.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	444.228	366.935
Reserva legal (nota explicativa 25.3)	-	(1.257)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(82.573)	(72.977)
Lucro líquido ajustado	361.655	292.701
Dividendos obrigatórios (25%)	90.414	73.176
. Valores pagos em 26 de maio de 2021 correspondem a R\$101,8970751611 (em 28 de abril de 2020 - correspondem a R\$60,1176941164) por ação ordinária (*)	93.558	55.198
. Valores pagos em 26 de agosto de 2021 correspondem a R\$87,7772195478 por ação ordinária (*)	80.594	-
. Valores pagos em 10 de dezembro de 2021 correspondem a R\$115,88218421620 por ação ordinária (*)	106.398	-
. Dividendos a pagar - correspondem a R\$19,57937614 por ação ordinária	-	17.978
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$88,334422747600 (R\$118,6000250501 em 2020) por ação ordinária (**)	81.105	219.525
Total dos dividendos	361.655	292.701
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 13 de maio, 12 de agosto e 11 de novembro de 2021 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, respectivamente.

(**) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

25.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras.

Segue movimentação nos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	(39.146)	(44.617)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	37.177	8.290
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(12.640)	(2.819)
Saldo final - 2021 e 2020	(14.609)	(39.146)

26. Receita operacional

	2021			2020		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	1.251.465	1.997.047	1.621.802	1.226.196	1.912.398	1.362.162
Industrial	3.861	171.010	132.425	3.928	176.673	117.588
Comercial	96.887	636.990	552.102	95.715	621.870	470.654
Rural	136.605	349.381	197.061	137.836	325.571	153.027
Poder público:	17.193	221.975	182.819	17.027	213.835	157.166
Iluminação pública	757	265.312	144.256	680	273.337	120.806
Serviço público	1.005	219.542	113.473	1.006	218.103	93.887
Consumo próprio	310	4.355	-	300	4.266	-
Subtotal	1.508.083	3.865.612	2.943.938	1.482.688	3.746.053	2.475.290
Suprimento de energia a concessionária	-	438.862	201.625	-	103.306	172.127
Fornecimento não Faturado líquido	-	6.771	48.367	-	(2.714)	62
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	127	-	126.490	97	-	119.196
Bônus de redução voluntário do consumo	-	-	(19.352)	-	-	-
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	19.352	-	-	-
Receita de Construção da Infraestrutura (1)	-	-	163.040	-	-	183.220
Penalidades regulatórias	-	-	(4.824)	-	-	(5.542)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	(24.212)	-	-	(50.056)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	24.212	-	-	50.056
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	80.322	-	-	26.448
Constituição e amortização-CVA ativa e passiva	-	-	155.143	-	-	30.847
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	212.472	-	-	236.849
Outras receitas operacionais	-	-	33.753	-	-	15.230
Total - receita operacional bruta	1.508.210	4.311.245	3.960.326	1.482.785	3.846.645	3.253.727
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	742.174	-	-	634.906
PIS	-	-	48.810	-	-	48.492
COFINS	-	-	224.822	-	-	223.359
ISS	-	-	1.451	-	-	677
Deduções bandeiras tarifária - CCRBT (2)	-	-	17.532	-	-	(5.730)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	10.251	-	-	8.214
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	2.563	-	-	2.054
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	95.617	-	-	71.819
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	5.126	-	-	4.107
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	5.126	-	-	4.107
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	2.563	-	-	2.054
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	3.090	-	-	3.013
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.159.125	-	-	997.072
Total - receita operacional líquida	1.508.210	4.311.245	2.801.201	1.482.785	3.846.645	2.256.655

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado

mensalmente pela ANEEL, por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas adicionais das bandeiras tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no exercício foram de R\$255.636 (R\$14.996 em 2020), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$17.532 (R\$5.730 em 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado do exercício foi de R\$238.104 (R\$20.726 em 2020).

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Custo do serviço		
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda	1.420.748	-	-	-	1.420.748	1.066.944
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	208.702	-	-	-	208.702	178.089
Pessoal e administradores	-	91.765	2	38.317	130.084	117.910
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	1.563	1.563	1.049
Benefícios pós emprego	-	1.016	-	11.910	12.926	4.166
Material	-	19.518	74	3.575	23.167	20.709
Serviços de terceiros	-	51.421	-	72.526	123.947	121.169
Depreciação e amortização (*)	-	81.744	-	6.868	88.612	81.215
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	29.713	-	-	29.713	37.491
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(3.317)	(3.317)	(1.565)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	163.040	-	163.040	183.220
Outras	-	3.247	9	14.029	17.285	19.512
Total	1.629.450	278.424	163.125	145.471	2.216.470	1.829.909

(*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$1.453 (R\$1.054 em 2020).

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Energia de leilão	3.236.344	2.769.754	705.923	543.883
Energia bilateral	438.964	440.166	163.137	135.864
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	151.039	150.389	36.888	42.444
Energia de curto prazo - CCEE (*)	120.493	60.837	386.162	240.167
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória nº 1410/2013	1.092.907	1.164.086	213.719	158.567
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	91.736	90.237	35.879	29.515
Energia de reserva - ERR	-	-	16.248	21.232
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(137.208)	(104.728)
Total	5.131.483	4.675.469	1.420.748	1.066.944

28. Outros resultados

	2021	2020
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	5.863	2.138
Outros	1.039	5.320
	6.902	7.458
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(14.207)	(5.768)
Outras	(483)	-
	(14.690)	(5.768)
Total	(7.788)	1.690

29. Receitas despesas financeiras

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	11.394	7.367
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	62.500	49.822
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	(1.978)	3.499
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.084	1.713
Tributos s/ receitas financeiras - PIS/COFINS	(4.519)	(3.520)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	20.517	9.963
Outras	3.671	3.327
Total receitas financeiras	92.669	72.171
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(57.857)	(42.170)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(49.845)	(56.486)
(-) Transferência para ordens em curso	1.195	862
Ajuste a valor presente - AVP	(8.529)	4.262
Marcação a mercado da dívida	25.122	(2.502)
Marcação a mercado de derivativos	(31.181)	2.505
Instrumentos financeiros derivativos	30.076	59.141
Atualização monetária de provisão	(2.588)	(1.128)
Despesas Bancárias/IOF	(1.830)	(4.445)
Comissão de aval	(10.795)	(8.320)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	1.951	(1.032)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	(22.949)	(9.963)
Outras	(1.827)	(2.866)
Total despesas financeiras	(129.057)	(62.142)
Despesas financeiras líquidas	(36.388)	10.029

30. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	444.228	366.935
Média ponderada das ações em milhares	918	918
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$(*)	483,91	399,71

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos de Seguro	Data de Vencimento	Importância Segurada	Total Prêmio	
			2021	2020
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	467	414
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	364	362
Auto - Frota	23/10/2022	Até R\$ 360 /veículo	67	88
Vida em Grupo e Acidentes pessoais (*)	31/01/2023	135.254	415	332
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores	05/03/2023	75.000	34	38
Transporte nacional	04/04/2022	Até R\$ 2.000 /veículo	18	13
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2023	941/drone	2	1
			1.367	1.248

(*) Importância segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e projeção de prêmio anualizado.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no

resultado do exercício é de R\$80.322 (R\$26.488 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		36.408	36.408	125.344	125.344
Consumidores e concessionárias		596.184	596.184	516.817	516.817
Ativos financeiros setoriais		243.775	243.775	60.768	60.768
		876.367	876.367	702.929	702.929
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	200.334	200.334	307.094	307.094
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	935.527	935.527	762.906	762.906
Instrumentos financeiros derivativos	2	56.109	56.109	46.044	46.044
		1.191.970	1.191.970	1.116.044	1.116.044

PASSIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		320.021	320.021	292.995	292.995
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.137.218	1.140.695	925.150	923.029
Arrendamentos operacionais		2.969	2.969	5.148	5.148
Passivos financeiros setoriais		155.435	155.435	104.749	104.749
		1.615.643	1.619.120	1.328.042	1.325.921
Valor justo por meio de resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	16.089	16.089	-	-
		16.089	16.089	-	-

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação de juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$25.122 (R\$2.710 em 2020) e reconhecidos no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

• Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações financeiras intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

• Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	2021	2020
Dívida (a)	1.137.218	925.150
Caixa e equivalente de caixa	(36.408)	(125.344)
Dívida líquida	1.100.810	799.806
Patrimônio líquido	1.091.898	1.121.948
Índice de endividamento líquido	1,01	0,71

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		311.058	-	-	-	8.963	320.021
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,40%	43.886	150.379	691.866	267.069	511.527	1.664.727
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.515	7.510	(17.138)	(19.304)	(12.603)	(40.020)
Total		356.459	157.889	674.728	247.765	507.887	1.944.728

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da

concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	36.408	125.344
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	200.334	307.094
Consumidores e concessionárias	6	596.184	516.817
Ativos financeiros setoriais	9	243.775	60.768
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	935.527	762.906
Instrumentos financeiros derivativos	32	56.109	46.044

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2021 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2021	2020
Ativo circulante	7.064	6.171
Ativo não circulante	49.045	39.873
Passivo Circulante	16.089	-
Passivo Não Circulante	-	-

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	64.870	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BofA X EPB	8.555	IPCA + 4,23%	CDI + 0,84%	13/10/2026	N.A.
Itaú X EPB	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	N.A.
JP Morgan X EPB	54.634	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida (Objeto de Hedge) *	359.613	181.630	Taxa Pré-Fixada	(280.766)	(228.833)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	359.613	181.630	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	406.738	228.828
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(366.718)	(182.784)
			Posição Líquida Swap	40.020	46.044
			Posição Líquida Dívida + Swap	(240.746)	(182.789)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

(a) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(359.613)		(359.613)	(359.613)	(359.613)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	406.738		406.738	406.738	406.738
Derivativos - CDI					
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(366.718)	Alta CDI	(366.718)	(376.575)	(386.330)
Derivativos - CDI + TJLP					
Variação	-		-	(9.857)	(19.612)
Subtotal	40.020		40.020	30.163	20.408
Total Líquido	(319.593)		(319.593)	(329.450)	(339.205)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	200.334	Alta do CDI	22.237	27.796	33.356
Instrumentos financeiros passivos:					
	(517.645)	Alta do CDI	(57.459)	(71.824)	(86.189)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(526.006)	Alta do IPCA	(52.916)	(66.145)	(79.374)
	(96.090)	Alta do INPC	(9.763)	(12.204)	(14.645)
Subtotal (**)	(1.139.741)		(120.138)	(150.173)	(180.208)
Total	(939.407)		(97.901)	(122.377)	(146.852)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10 % a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021, INPC 10,16% e IPCA 10,06%.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$2.437.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. Benefícios pós emprego

33.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Nota explicativa	2021	2020
Contrato Migração 2020 - Plano CD	18	17.117	-
Contrato de equacionamento do déficit - Funasa (*)	18 e 33.1	81.376	3.143
Provisão atuarial - Previdência	33.1	7.089	120.735
Provisão atuarial - Saúde	33.2	3.715	7.730
Total		109.297	131.608
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		98.493	3.143
Benefícios pós-emprego		10.804	128.465

(*) Não inclui encargos de dívidas no valor de R\$34.

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, dois na modalidade de benefício definido, sendo um plano saldato, e dois de contribuição definida, estando apenas um plano aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos 4 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são como segue:

a. Plano de Benefício Definido Funasa (BD-1)

Instituído em 25 de fevereiro de 1987, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 2008, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

b. Plano Saldado Funasa (PSF)

Iniciado em 19 de dezembro de 2008, a partir dos migrantes do plano Funasa PO, em processo de saldamento. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pela Patrocinadora (100%).

c. Plano CD Funasa

O Plano (CD) Funasa, instituído em 19 de dezembro de 2008 e fechado para novas adesões desde 2017, se caracteriza por ser conhecido os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano.

d. Plano Energisa CD

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos

totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possuía 670 (523 em 2020) participantes ativos, 175 assistidos (41 em 2020), 4 autopatrocinados (2 em 2020) e 7 BPD (10 em 2020).

A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2021 foi de R\$3.585 (R\$9.919 em 2020).

e. Migração entre planos

Em 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Funasa PO (BD) / Funasa PSF (Saldado) e Funasa CD para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pela PREVIC, através da Portaria nº 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em três tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1° Tranche		2° Tranche		3° Tranche		Acumulado	
	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido
Funasa BD-1	13%	5%	3%	3%	6%	16%	22%	25%
Funasa PSF	10%	9%	10%	1%	2%	10%	23%	20%
Funasa CD	64%	0%	24%	0%	2%	0%	90%	0%
Funasa CD + Saldado	36%	0%	3%	7%	4%	0%	43%	7%

33.2. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2021		2020	
	BD-1	PSF	BD-1	PSF
Número de participantes	12	78	15	101
Número de assistidos	281	90	355	86
Número beneficiários Pensionistas	181	5	227	8

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

	2021		2020	
	BD-1	PSF	BD-1	PSF
I - Premissas Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral (1)	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Composição Familiar (Ativos)	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas				
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31% a.a.	5,31% a.a.	3,21% a.a.	3,58% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,50% a.a.	4,50% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,05% a.a.	10,05% a.a.	6,31% a.a.	6,69% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,88% a.a.	N/A	2,88% a.a.	N/A
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
III - Regime Financeiro de Capitalização				
	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2021			2020		
	BD-1	PSF	TOTAL	BD-1	PSF	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	79.224	51.708	130.932	85.779	58.858	144.637
Ganhos/(Perdas) dos ativos	2.546	(6.153)	(3.607)	(1.582)	316	(1.266)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.820	3.404	8.224	5.560	3.882	9.442
Contribuições do empregador	9.970	364	10.334	9.273	356	9.629
Contribuições dos participantes do plano	702	-	702	1.083	-	1.083
Benefícios pagos	(15.612)	(1.985)	(17.597)	(17.005)	(1.701)	(18.706)
Custo do serviço passado (encurtamento/ <i>curtailment</i>)	(16.359)	(2.381)	(18.740)	(3.884)	(10.003)	(13.887)
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	65.291	44.957	110.248	79.224	51.708	130.932

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2021			2020		
	BD-1	PSF	TOTAL	BD-1	PSF	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	199.959	50.098	250.057	218.743	62.374	281.117
Custo do serviço corrente	53	-	53	149	-	149
Custo dos juros	12.132	3.296	15.428	14.071	4.117	18.188
Contribuições de participantes do plano	702	-	702	1.083	-	1.083
(Ganhos)/Perdas atuariais	(25.520)	(6.888)	(32.408)	(7.331)	(5.000)	(12.331)
Benefícios pagos	(15.612)	(1.985)	(17.597)	(17.005)	(1.701)	(18.706)
Custo do serviço passado (encurtamento/ <i>curtailment</i>)	(17.958)	(1.563)	(19.521)	(9.751)	(9.692)	(19.443)
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	153.756	42.958	196.714	199.959	50.098	250.057

Posição Líquida dos planos	2021			2020		
	BD-1	PSF	TOTAL	BD-1	PSF	TOTAL
Valor justo dos ativos	65.291	44.957	110.248	79.224	51.708	130.932
Valor presente das obrigações	(153.756)	(42.958)	(196.714)	(199.959)	(50.098)	(250.057)
Posição Líquida	(88.465)	1.999	(86.466)	(120.735)	1.610	(119.125)
Limite do Ativo	-	(1.999)	(1.999)	-	(1.610)	(1.610)
Déficit passível de reconhecimento	(88.465)	-	(88.465)	(120.735)	-	(120.735)

Valor líquido reconhecido no balanço:

Movimentação dos Saldos	2021	2020
Posição líquida em 2020 e 2019	120.735	136.480
Efeito em ORA	(28.065)	(9.456)
Contribuição do empregador	(9.969)	(9.630)
Impacto decorrente de redução no plano de benefício (encurtamento/ <i>curtailment</i>)	13.985	(5.335)
Transferência de Dívida entre Planos (BD-CD)	(15.585)	(220)
Efeito no resultado do exercício	7.364	8.896
Posição líquida em 2021 e 2020	88.465	120.735
Circulante	7.923	7.364
Não circulante	80.542	113.371

Demonstração das despesas para o exercício de 2022 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

Demonstração de Resultado do próximo exercício	2022
Custo do Serviço Corrente	14
Custo dos juros	19.492
Retorno dos Ativos do Plano	(10.802)
Custo do Serviço Passado ("encurtamento")	(781)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	7.923

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	BD-1		PSF	
	2021	2020	2021	2020
Ativos do plano:				
Títulos públicos	74,93%	72,21%	72,83%	71,96%
Fundos de investimentos em renda fixa	11,27%	-	7,35%	-
Fundos de investimentos	1,51%	13,69%	16,76%	24,33%
Ações	-	-	2,90%	-
Empréstimos a participantes	1,00%	1,51%	0,16%	0,16%
Outros	11,29%	12,59%	-	3,55%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Movimentação dos Saldos	DB-1		PSF	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações Atuariais real	153.756	199.959	42.958	50.098
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	157.618	203.653	44.473	52.157
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	120.525	196.460	41.526	48.161

33.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado

O saldo atuarial do plano de benefício de saúde pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2021 é de R\$3.715 (R\$7.730 em 2020), tendo sido apurado no exercício o montante de R\$4.015 (R\$1.892 em 2020) dos quais R\$378 (R\$317 em 2020) foi registrado na rubrica benefício pós emprego - despesa de pessoal, R\$534 (R\$409 em 2020) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R\$4.927 (R\$1.166 em 2020) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R\$6.343 (R\$7.515 em 2020). Inclui R\$378 (R\$317 em 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2021	2020
Valor presente das Obrigações no início do ano	7.730	5.838
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	378	317
Juros sobre obrigação atuarial	534	409
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(4.927)	1.166
Valor das obrigações calculadas no final do ano	3.715	7.730
Circulante	461	912
Não circulante	3.254	6.818

Demonstração das despesas para o exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2022
Custo do serviço corrente	88
Juros sobre as obrigações atuariais	373
Valor das obrigações calculadas no final do ano	461

Principais hipóteses atuariais utilizadas

	2021		2020	
	SULAMERICA	CNU (*)	SULAMERICA	CNU
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da obrigação atuarial	5,31%	5,31%	3,80%	3,80%
Expectativa real de inflação futura	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,05%	10,05%	6,91%	6,91%
Taxa de crescimento de benefícios	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%
Taxa Real de crescimento de custos médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	8,68%	8,68%	7,12%	7,12%
Taxa de rotatividade	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%
Permanência no plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de envelhecimento	3,00%	Nulo	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(*) Em 2021, foi alterada a modalidade de pagamento de pré para pós pagamento.

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
2022 a 2054	519.706	582.153	562.862	530.738	3.043.478

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de 31 de dezembro de 2021, homologados pela ANEEL.

35. Meio ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
2. Construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS, são elaboradas em estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e, se encontrados, são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais. São instalados nas subestações, proteção para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte.
3. Operacionalização do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001 e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos sócio ambientais, saúde e segurança.
4. Realização de padronização de procedimentos operacionais, instruções técnicas e normas de distribuição e transmissão unificadas, englobando todas as atividades da Gerência Técnica Corporativa da Distribuição em consonância com o Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança, com apoio da área de meio ambiente da Companhia.
5. Realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
6. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinamos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
8. Projeto de Reforma Civil em Subestações: que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte e também instalação de proteção contra animais.
9. Projeto 8 Verde: projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuindo de cartilhas sobre arborização.
10. Projeto Pilheta: projeto voltado para conscientização ambiental da população, com foco na distribuição de totens, disciplinando a correta maneira de destinação final de resíduos classe I por parte dos municípios, realizando a propagação da logística reversa e sua real importância como engajamento das partes interessadas e cadeia de valor no tocante as prefeituras e sua população. Com isso, por meio do engajamento de todos se

faz o recolhimento de pilhas/baterias e destina-se para empresas de processamento e transformação realizando a reciclagem do material.

11. Firmamos convênio com a SBAU - Sociedade de Arborização urbana com o objetivo da disseminação socioambiental, voltado para a gestão da arborização no estado da Paraíba.
12. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como divulgação aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visa, em suma, preservar a vida.
13. Atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas.
14. Construção de nova sede no município de Sousa, com características sustentáveis e elementos que são voltados para as boas práticas da sustentabilidade. A Companhia obteve a certificação e premiação, pelo Instituto Chico Mendes, na categoria “Construção Sustentável”. Ainda temos os prédios do município de Guarabira que foi construído com critérios voltados para a questão sustentável e o Nucleo Regional Oeste que recebeu o selo de Certificação Internacional LEED - nível prata, em face das técnicas, princípios e critérios de sustentabilidade adotados nas construções

No exercício de 2021, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$39.816 (R\$40.485 em 2020), sendo R\$35.232 (R\$37.355 em 2020) alocados no ativo intangível e R\$4.584 (R\$3.149 em 2020) em despesas operacionais.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2021 e 2020, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2021	2020
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	94.369	96.162
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	80.322	26.448
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	11.866	13.583
Adição/baixas - arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	(475)	2.420
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	(36.090)	449.919
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	11.866	13.583
Intangível - CPC 06 (R2)	(475)	2.420
Atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - repactuação déficit atuarial	77.191	-

36. Eventos subsequentes

Emissão de debêntures

Em 15 de janeiro de 2022 a companhia efetuou a 11ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$63.000 com vencimento em 15 de janeiro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,0123% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 11 de fevereiro de 2022, os recursos serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Emissora.

Pagamento de dividendos do exercício 2021

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R\$81.105, equivalentes a R\$ 88.3344227476 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 25 de março de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

André La Saigne de Botton
Conselheiro Independente

Marcílio Marques Moreira
Conselheiro Independente

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho
Conselheiro Independente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Suplente

Diretoria Executiva

Márcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Jairo Kennedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7 - “S” PB

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021.

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 17 de março de 2022.

Marcio Mario Zidan
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Jairo Kenedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC MG 042523/O-7 “S” PB

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 17 de março de 2022.

Marcio Mario Zidan
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Jairo Kenedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
CRC MG 042523/O-7 “S” PB

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor

sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, mas que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia.

Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 26, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica

Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, incorrespondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R\$ 54.237 mil, R\$ 935.527 mil, R\$ 673.711 mil.

O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 4 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato, à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) a verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) a análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) a comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 13, 14 e 16.1 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas 13, 14 e 16.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R\$ 173.569 mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 103.183 mil se referem a ações de natureza tributária.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas, quando aplicável, para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Diretoria e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Diretoria.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor desta provisão adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em

nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9